

A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos*

The Atlantic demographics of Africans in Rio de Janeiro in the seventeenth, eighteenth, and nineteenth centuries: some patterns based on parish registers

Flávio Gomes

Professor dos programas de pós-graduação em Arqueologia e em História Comparada/Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Largo de São Francisco, 1
20050-070 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
escravo@prolink.com.br

Recebido para publicação em fevereiro 2012.
Aprovado para publicação em agosto de 2012.

GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.81-106.

Resumo

Apresentam-se agregações seriais sobre a demografia atlântica africana no Rio de Janeiro nos séculos XVII, XVIII e nas primeiras décadas do XIX, destacando os registros eclesiásticos de óbitos, casamentos e batizados. Representam resultados parciais (e locais) de um estudo demográfico mais amplo em andamento sobre diversas regiões urbanas e rurais do Brasil escravista a partir de variados registros históricos nos quais são analisados os padrões sociodemográficos (idade, ocupação, parentesco, doença, sexo, preço) e as variações dos etnônimos africanos entre 1650-1870.

Palavras-chave: demografia africana; identidades escravas; Rio de Janeiro (séc. XVII, XVIII e XIX); escravidão urbana, africanos.

Abstract

The article presents serial data on African Atlantic demographics in Rio de Janeiro in the seventeenth, eighteenth, and early decades of the nineteenth century, highlighting parish death, marriage, and baptismal registers. These represent partial, local findings from a broader demographic study underway on various urban and rural regions of slaveholding Brazil, based on a variety of historical registers, which are used in an analysis of sociodemographic patterns (age, occupation, kinship, disease, gender, price) and variations in African ethnonyms from 1650 through 1870.

Keywords: African demography; slave identities; Rio de Janeiro (seventeenth, eighteenth, and nineteenth centuries); urban slavery; Africans.

Neste artigo apresento os padrões de classificações dos africanos escravizados no Rio de Janeiro, nos séculos XVII, XVIII e nas primeiras décadas do XIX. A ideia principal é testar possibilidades metodológicas do uso de fontes eclesiásticas – registros paroquiais – para pensar as variações na nomenclatura usada para identificar africanos (Klein, 2009).

Estudiosos das sociedades escravistas em várias partes das Américas têm se preocupado com o tema das identidades dos africanos e seus descendentes. Para o Brasil, o tema tem sido igualmente abordado por perspectivas renovadas (Parés, 2005; Reis, 1997; Slenes, 1999, 1991-1992). Terminologias, classificações e nomenclatura utilizadas no tráfico atlântico e nas sociedades escravistas para identificar, localizar e indicar as origens dos africanos têm mobilizado vários estudos e pesquisadores. Seja nas designações atribuídas pelo tráfico a partir dos nomes de portos de embarques e locais africanos, seja nas caracterizações publicadas em jornais sobre alugueis e fugas de escravos, seja nos registros paroquiais, escrituras de compra e venda, listagens de inventários e também nas classificações de africanos retornados, pesquisadores têm-se debruçado sobre as possibilidades metodológicas no uso de variadas denominações para entender as formações das identidades e os sistemas de identificação dos africanos escravizados.

No Brasil, registros paroquiais oferecem informações sobre as primeiras gerações de africanos e ‘nacionais’ batizados, sepultados e constituintes de matrimônio em regiões que conheciam os primórdios de expansão econômica e incremento da mão de obra africana, para além daquela indígena. Para o Rio de Janeiro, estamos falando de regiões distantes da *plantation* açucareira de Pernambuco e Bahia dos séculos XVI e XVII. Embora sem a força econômica e demográfica do Nordeste, em fins do século XVI e ao longo do XVII temos considerável número de engenhos fluminenses, especialmente em torno do recôncavo da Guanabara.¹ Um importante estudo do geógrafo Maurício Abreu (2006) lançou extraordinárias luzes sobre a temática. Seu principal objetivo foi mapear para toda a capitania o estabelecimento dos primeiros engenhos. A partir da pesquisa em mais de 12 arquivos no Brasil, em Lisboa e Roma, ofereceu uma análise empiricamente consistente sobre os engenhos quinhentistas e seiscentistas do Rio de Janeiro. Suas reflexões partiram inicialmente dos cronistas coloniais como frei Vicente do Salvador (1982), que afirmava que o Rio de Janeiro, em 1627, tinha quarenta engenhos, embora produzisse mais “farinha para Angola que ... açúcar” ou de Antonil (1982) que, nas primeiras décadas do século XVIII, comentou sobre a prosperidade econômica fluminense, dizendo haver 136 engenhos.² Também Boxer (1973) chamou a atenção para a existência de 20 a 25 caravelas carregadas de açúcar que partiam do Rio de Janeiro para Portugal, entre 1638 e 1642.

Segundo Maurício Abreu (2006), nem sempre foi possível acompanhar documentalmente a trajetória dos engenhos cariocas. Alguns foram construídos e rapidamente abandonados, outros sofreram paralisações e mudanças nas edificações ao longo dos anos. Estavam localizados nas cercanias da cidade, próximo ao eixo urbano ou então nas regiões de Jacarepaguá, Inhaúma, Ilha do Governador, Irajá, Campo Grande e Guaratiba, freguesias nos subúrbios da cidade. Também eram encontrados nas áreas de Pilar, Marapicu Iguazu, Suruí, Guapimirim, Magé, Inhomirim e Jacutinga, no recôncavo da Guanabara. E havia ainda engenhos na chamada banda d’além, expressão utilizada nos séculos XVI e XVII para nomear as terras de São Gonçalo, Santo Antônio de Sá, Itaboraá, Itaipu até Maricá,

Saquarema e Cabo Frio. Ao findar o século XVII já existiam 131 engenhos na capitania do Rio de Janeiro. Os poucos engenhos montados ainda no final do século XVI ampliaram-se em terras e cativos no século seguinte, multiplicaram-se e ganharam novos donos e paisagens no século XVIII.³

As primeiras gerações de escravos

E a mão de obra dos engenhos e lavouras fluminenses? Pouco se conhece sobre o impacto da demografia africana na capitania do Rio de Janeiro, no século XVII e primeira metade do XVIII. Como exploração metodológica, foram analisados registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos, abordando o surgimento de padrões de classificações e nomeações que sugerem pensar diversos mecanismos de identificação/identidade de escravos africanos e daqueles nascidos na colônia, especialmente nas primeiras gerações. Tenho realizado agregações sobre as origens dos africanos no Brasil entre os séculos XVII e XIX a partir de fontes seriais. Apresento aqui mais índices do banco de dados “Nações Atlânticas” (fase Rio de Janeiro IV), com registros paroquiais (Gomes, 2011).⁴ Para o século XVII, os registros de batismos de adultos africanos foram raros, considerando pelo menos nove paróquias: Candelária (1638-1709), Cabo Frio (1675-1700), Irajá (1677-1693), Jacutinga (1686-1690, 1691-1695 e 1696-1700), Magé (1677-1693), N.S. do Bonsucesso de Piratininga (1680-1700)⁵, São João Batista de Niterói (1671-1675, 1666-1670 e 1676-1680) e Sé (1700). Embora considerando as formas de povoamento rarefeito e inconstante, a existência de escravidão indígena e ainda um abastecimento precário de mão de obra africana, o número de batizados de adultos é limitado, com apenas 97 registros. Considerando, no entanto, os batizados de crianças e contabilizando as classificações atribuídas às mães, esse número alcança 1.200 registros (Tabela 1). No Rio de Janeiro, nesse período seiscentista, o baixo número de adultos batizados sugere que os africanos recém-desembarcados tivessem sido batizados antes, em feitorias no litoral africano.⁶ Dos 92 africanos adultos batizados, 13% são batizados como gentio da Guiné/Guiné e 87% como minas.⁷ Levando em conta as origens das mães das crianças batizadas, há um crescente padrão da classificação de gentio da Guiné/Guiné, sem contar alto índice de indeterminação (20,2%), qual seja de crianças batizadas e filhas de escravas, mas sem qualquer menção à origem da mãe.

Para tal índice de indeterminação, pode-se sugerir a quantidade tanto de filhos de africanos escravizados como de cativos indígenas que ainda eram batizados. Mães classificadas como Guiné/gentio da Guiné e aquelas sem qualquer naturalidade indicada representavam 70,4% e 27,2%, respectivamente. Os nascidos na colônia, classificados como Carijó e gentio da terra, somaram no máximo oito registros. Haveria também poucos batizados de indígenas escravizados adultos, posto existir um contexto de maior proibição e controle das tropas de resgates e apresamentos de indígenas nessa região, ou mesmo o envio para ela de cativos indígenas resgatados e batizados em outras áreas, como a antiga capitania de São Vicente. Assim, quantidades de indígenas nascidos escravos no âmbito colonial podiam estar sendo batizados com a origem da mãe não mencionada. Outro argumento a ser levantado seria o de que os batizados de crianças escravas com mães sem especificação de origem escondessem um número crescente de crianças cativas filhas de

mulheres africanas nascidas na colônia. Contra esse argumento, destaco o fato de ser grande o índice de mães classificadas como Guiné/gentio da Guiné (Tabela 2). Ao considerar essa nomenclatura genérica, indaga-se por que algumas crianças escravas tinham as suas mães africanas identificadas (mesmo que genericamente) e outras não? (Lara, 1997). No caso das mães africanas identificadas, temos poucas como africanas minas e duas aparecendo como africanas angola e ganguela, terminologias para os africanos ocidentais e centrais, respectivamente. A questão seria saber quais africanos – regiões, territórios e procedências – seriam os classificados como Guiné/gentio da Guiné.

Os estudos disponíveis têm reforçado o argumento de que seriam africanos centrais, especialmente vindos de Loango/Luanda, hipótese reforçada pelos dados de Behrendt, Eltis e Richardson (1999) e as investigações de Miller (2004).

Os dados sobre óbitos (Tabela 3) confirmam algumas dessas hipóteses, embora com uma amostra apenas para três paróquias: Cabo Frio (1695-1716 e 1678-1729), Jacutinga (1689-1721) e N.S. do Bonsucesso de Piratininga (1692-1700).⁸ Para os adultos sepultados, temos 45 registros, sendo 30 homens e 15 mulheres. O destaque continua com os africanos adultos classificados como gentio da Guiné, com 96%, sendo 71,4% homens. O maior número de homens sepultados evidencia maiores quantidades de homens adultos embarcados para o Brasil. Quanto às crianças sepultadas, temos uma concentração de africanos, com baixo índice de mães crioulas (nascidas no Brasil), indígenas e mestiças. Foram sepultadas 153 crianças, filhas de mulheres africanas, revelando um padrão de 94,7% do gentio da Guiné (Tabela 4).

Tabela 1: Identificação das ‘nações’ dos adultos cativos batizados e das crianças batizadas no Rio de Janeiro, século XVII

Identificação	Africanos adultos		Mães africanas de batizados crioulos
	Homens	Mulheres	
Angola	-	-	1
Carijó	-	-	2
Ganguela	-	-	1
Gentio da Guiné/Guiné	5	7	845
Gentio da Terra	-	1	6
Mina	42	38	5
Mulato	-	1	12
Pardo	-	-	1
Indeterminado	2	1	327
Total	49	48	1.200

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu).

Tabela 2: Africanos (mães e batizados adultos) nos registros de batizados, Rio de Janeiro, século XVII

Identificação	Porcentagem
Angola	0,1
Ganguela	0,1
Guiné/gentio da Guiné	90,7
Mina	9,1
Total de sepultamentos	949

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu)

Tabela 3: Identificação das 'nações' de adultos sepultados e mães de crianças sepultadas no Rio de Janeiro, século XVII

Identificação	Africanos adultos		Crianças
	Homens	Mulheres	Mãe das crianças sepultadas
Congo	-	-	3
Crioulo	-	3	-
Gentio da Guiné	30	12	145
Mina	-	-	4
Monjolo	-	-	1
Total	30	15	153
Total geral de registros			195

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu)

Tabela 4: Africanos (mães e filhos) nos registros de óbitos, Rio de Janeiro, século XVII

Identificação	Porcentagem
Congo	1,5
Guiné/gentio da Guiné	96
Monjolo	0,5
Mina	2
Total (número absoluto)	195

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu)

Já os dados sobre casamentos abrangem seis paróquias: Cabo Frio (1676-1700), Engenho Velho (1642-1700), Itaboraí (1683-1738), Jacutinga (1686-1721, 1686-1690, 1691-1692, 1699-1700), Maricá (1648-1725) e Suruí (1687-1713). Temos os registros de 399 casamentos (Tabela 5), com 798 escravos, sendo o índice de indeterminação de 11%. Os africanos somavam 95,6%, com 99,27% deles classificados como gentio da Guiné/Guiné; o restante era classificado como congo, ganguela e luanda. Para os nascidos no âmbito colonial, aparecem as designações gentio da terra, índio, mameluco, mulato e pardo. Mais de 90% dos casamentos envolveram escravos da mesma propriedade, juntamente com um padrão de endogamia em termos de naturalidade com africanos (gentio da Guiné e Guiné) casando entre si.

Tabela 5: Identificação das 'nações' dos cônjuges nos matrimônios de escravos no Rio de Janeiro, século XVII

Identificação	Homens	Mulheres
Crioulo	5	1
Congo	1	-
Ganguela	1	-
Gentio da Guiné/Guiné	251	264
Gentio da terra	4	1
Indeterminado	49	38
Índio	4	2
Luanda	-	2
Mameluco	1	-
Mulato	1	1
Pardo	5	7
Total	399	399

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu)

Embora mantida a incidência de africanos genericamente nomeados Guiné/gentio da Guiné, os registros de casamentos e óbitos apresentam menores incidências de indeterminação quanto à origem. Enquanto nos batismos a indeterminação alcança 20,2%, nos óbitos, é nula, ficando os casamentos com 11% (Tabela 6). É possível levantar algumas hipóteses sobre a nomeação dos africanos, que poderiam ser mais evidentes nos registros de óbitos e de casamentos de africanos com mais tempo de diáspora do que nos registros de batizados de africanos recém-chegados. De qualquer modo, não se pode esquecer as variações dessa amostra, considerando diversas paróquias e registros espalhados em livros com periodicidade fragmentada. A amostra de batismos é muito mais abrangente em número de paróquias do que aquela de óbitos. Além das variações espaciais, pode haver mudanças temporais relacionadas aos párocos envolvidos nessas notações. Permanências de padrões de classificações, mudanças, sub-registros etc. podem estar associados também a determinados párocos e preocupações eclesíásticas específicas, contextos a intervir no processo de avaliar mudanças nas formas de nomear e classificar africanos e crioulos nesses registros paroquiais. Em termos de características, não foram notadas muitas variações entre as paróquias mais centrais da cidade do Rio de Janeiro, aquelas suburbanas e do recôncavo da Guanabara e outras mais afastadas, como Cabo Frio e Maricá.

É fato que os dados para o Rio de Janeiro, em termos de padrões de identificação das 'nações' africanas, sugerem pouca definição, considerando as nomeações gentio da Guiné/Guiné. Uma hipótese que não pode ser descartada seria a proeminência dos africanos centrais, a partir do tráfico de Luanda, e dos africanos ocidentais, vindos da Alta Guiné. A possibilidade de africanos ocidentais embarcados para o Brasil a partir de Senegâmbia e Cabo Verde e chegando – diretamente ou por intermediação – ao Rio de Janeiro deve ser mais investigada, em função das redes de tráfico, existentes ainda na primeira metade do século XVII (Tabela 7). Tais redes abasteciam as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia,

Tabela 6: Identificação das 'nações' dos africanos cônjuges nos registros de casamentos, Rio de Janeiro, século XVII

Identificação	Porcentagem
Congo	0,2
Ganguela	0,2
Guiné/gentio da Guiné	99,2
Luanda	0,4
Total (número absoluto)	519

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu)

Tabela 7: Regiões africanas dos escravos do Rio de Janeiro colonial, século XVII

Regiões africanas	Quantidade/percentual
África Central	10 (0,5)
África Ocidental	89 (4,9)
Gentio da Guiné/Guiné	1.719 (94,6)
Total (número absoluto)	1.818

Fonte: Diversos registros paroquiais (Arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, Cúria de Niterói e Cúria de Nova Iguaçu)

as áreas do Prata e poderiam fazer eventuais abastecimentos para as regiões do Sudeste e para a incipiente montagem econômica do recôncavo da Guanabara e subúrbios do Rio de Janeiro seiscentista. O alto índice de indeterminação me faz considerar também uma incidência de população indígena de segunda geração nascida no cativo e trabalhando juntamente com africanos em engenhos, fazendas de gado e lavouras de alimentos. Novas pesquisas para o tráfico negreiro na passagem do século XVII para o XVIII poderiam confirmar ou não tais hipóteses.⁹

Enquanto os africanos ocidentais estão todos denominados como minas, os africanos centrais – sempre em número reduzido – são classificados como angola, congo, ganguela, luanda e monjolo. Para as classificações da população colonial temos Carijó, gentio da terra, índio, mameluco, mulato e pardo. A população indígena correspondia a 34,5%, enquanto os mestiços apontavam para 50%.

Transformações demográficas

Não sabemos se a demografia atlântica foi muito alterada no século XVII no Rio de Janeiro, a despeito dos impactos do tráfico envolvendo volumes, procedências e origens dos africanos. Além disso, realidades locais – com diversas redes de comércio atlântico – podem ter produzido cenários diferentes. Analisando as famílias escravas no recôncavo da Guanabara na passagem do século XVII para o século XVIII, Denise Demétrio (2008) destaca uma conjuntura do tráfico muito semelhante àquela que apontei para várias regiões do Rio de Janeiro: número pequeno de batizados de adultos africanos, tendência genérica de registros de africanos com a classificação Guiné ou gentio da Guiné e um número considerável de africanos ocidentais – identificados como sendo da ‘nação’ mina.

Tabela 8: Identificação das ‘nações’ dos africanos (pais, mães, madrinhas e padrinhos) nos registros de Santo Antônio de Jacutinga, 1686-1721

Identificação	Porcentagem
Guiné/gentio da Guiné	89,2
Mina	4,3
Congo	2,7
Benguela	1,5
Quissama	0,2
Monjolo	0,2
Camundongo	0,2
Luanda	0,2
Outros (pumbo, bandara, massango e sosso)	1,5%
Total (número absoluto)	323

Fonte: Adaptado da tabela 2.4 em Demétrio (2008, p.97)

Ainda assim, algumas cores das paisagens africanas para o recôncavo podem ter mudado no Setecentos. Com base em uma amostra de 1.167 registros de batizados de africanos adultos e inocentes com mães africanas, no século XVIII, nas paróquias de Campo Grande, Guaratiba, Ilha do Governador, Inhaúma, Irajá e Jacarepaguá (Tabela 9) é possível verificar algumas tendências sobre o padrão africano setecentista nas áreas próximas ao recôncavo da Guanabara.

Tabela 9: Identificação das ‘nações’ dos africanos e mães africanas no recôncavo da Guanabara, registros de batismos, século XVIII

Identificação	Africanos adultos			Crianças batizadas	
	Homens	Mulheres	Total	Identificação das mães	Total
Angola	3,5%	4,1%	3,7%	Angola	22,1%
Benguela	1,7%	-	1%	Benguela	5,8%
Cabo Verde	-	2%	1%	Cabo Verde	0,2%
Congo	1,7%	-	1%	Congo	1,1%
Guiné	72%	40,3%	52,5%	Guiné	64,1%
Loango	-	1%	0,4%	Loango	0,1%
Mina	21,1%	52,6%	40,4%	Mina	5,3%
				Ganguela	0,6%
				Luanda	0,1%
				Moçambique	0,1%
				Quissama	0,1%
				Rebolo	0,4%
Subtotal (número absoluto)	114	99	213	Subtotal (número absoluto)	954
Total (número absoluto = 1.167)			18,25%		81,75%

Fontes: Registros paroquiais de Campo Grande (1768-1780), Guaratiba (1762-1784), Ilha do Governador (1721-1742), Inhaúma (1716-1765), Irajá (1704) e Jacarepaguá (1732-1800) (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

Percebe-se evidente sub-registro para africanos centrais, angolanas e benguelas. Há igualmente relativo sub-registro para africanos ocidentais, denominados minas, talvez batizados nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, próximas ao mercado do Valongo, a partir do qual muitos eram enviados para as regiões mineradoras, especialmente no primeiro quartel do século XVIII. Mantém-se uma significativa quantidade de registros de africanos denominados de gentio da Guiné que poderiam ser tanto africanos ocidentais como centrais, como já destacado para o século XVII. Desconsiderando a variável gentio da Guiné, haveria 52,5% de africanos angolanas e 40,4% de africanos minas. As limitadas evidências de batizados de africanos (apenas 18,25%) sugerem que os fazendeiros e lavradores do Rio de Janeiro que compravam cativos para as suas propriedades ou batizavam os mesmos nas paróquias urbanas cariocas – hipótese em parte confirmada pelos estudos de Mariza Soares (2000) – e/ou compravam muitos já batizados em feitorias africanas. A incorporação de africanos nos engenhos fluminenses – no final do século XVII e início do século XVIII – foi grande; haja vista o padrão de batizados de crioulos – no caso, filhos de mulheres africanas – com 81,75%.

Para os padrões relativos aos crioulos com identificação das mães africanas – embora a grande incidência de classificação gentio da Guiné continuasse mantida – observa-se o aumento de africanas angolanas e benguelas, portanto, de mulheres não batizadas naquelas paróquias, mas que ali aparecem ao batizar seus filhos. Para outras ‘nações’ africanas, há ainda destaque para mulheres denominadas congo, ganguela e rebolo. Sem quantificar os registrados como gentio da Guiné, verificamos o padrão de mulheres (mães) angolanas e benguelas com 61,5% e 16% respectivamente, enquanto as mulheres africanas (mães) minas, com 14,6%. Para o século XVIII, nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro, o estudo de Soares (2000) oferece índices de batizados de africanos e de crioulos, em uma amostra de 9.269 batizados, sendo 28,7% de adultos. Para a freguesia da Sé, nos períodos de 1718-1726 e 1744-1750, os africanos ocidentais variavam de 86,2 a 88,6% dos africanos adultos batizados. Dividindo os registros dos chamados “gentios majoritários” (p. 105), isto é, as classificações

que mais aparecem nos registros, no caso Guiné, mina e angola, temos 40% de Guiné; 23,51% para africanos ocidentais (minas); e 36,49% para africanos centrais (angolas) nas paróquias da Sé, Santa Rita, Candelária e São José, entre 1718 e 1760. À medida que as classificações angola e mina vão aparecendo com mais frequência, diminuem os registros de africanos adultos batizados como gentio da Guiné, ainda mais na segunda metade do século XVIII. Para essas mesmas freguesias urbanas – entre 1751 e 1760 –, dos crioulos batizados, aparecem como mães africanas: 68,9% angolas e 31,1% minas (Soares, 2000, p.80, 84, 105, 126). Em termos comparativos, os índices de mulheres africanas ocidentais (mães) é menor do que o índice de mulheres africanas ocidentais adultas batizadas e o conjunto de africanos ocidentais batizados. O fato de os africanos ocidentais, além de serem em menor número, casarem-se menos e suas mulheres terem menos filhos pode ser apontado como uma explicação.

Vejamos agora alguns dados para a freguesia de Campo Grande, comparando crioulos e africanos que aparecem em registros paroquiais de casamentos. Temos 533 africanos e 417 crioulos, incluindo pardos e cabras. Destaca-se a maior incidência de africanos, sugerindo o impacto do tráfico negreiro entre 1710 e 1770, provável período da remontagem demográfica de alguns engenhos e plantações no recôncavo. De qualquer maneira, o índice de indeterminação é significativo, correspondendo a 1/5 (20%) dos casamentos. Relacionando o sexo com a naturalidade, verificamos que o número de mulheres africanas (268 ou 50,2%) supera o número de homens africanos (265 ou 49,8%). Considerando que a população africana trazida pelos negreiros era majoritariamente masculina, essa superioridade do sexo feminino marca uma singularidade. Não podemos perder de vista que a população escrava aqui considerada não é a população escrava adulta absoluta da freguesia, e sim aquela arrolada nos registros de casamentos de escravos, ou seja, apenas os escravos que tiveram suas uniões sacramentadas pela Igreja, e sempre em pares de homens e mulheres. Apenas sabemos aqui quantos africanos e crioulos casaram no religioso em determinado período.

Tabela 10: Identificação das ‘nações’ de africanos na freguesia de Campo Grande, segundo os registros paroquiais de casamentos, 1745-1797

Identificação	Homens africanos	Mulheres africanas	Total	Porcentagem
Angola	82	85	167	31,7
Benguela	27	28	55	10,4
Cabo Verde	1	3	4	0,7
Congo	6	5	11	2
Ganguela	5	9	14	2,6
Guiné	122	119	241	45,2
Mina	9	12	21	3,9
Luanda	2	2	4	0,7
Bamba	2	-	2	0,3
Costa/africano	6	-	6	1,1
Monjolo	3	-	3	0,5
Libolo	-	3	3	0,5
Motemo	-	1	1	0,2
Rebolo	-	1	1	0,2
Total	265	268	533	100%

Fonte: Casamentos de escravos da Freguesia de Campo Grande, 1745-1797 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

As denominações dos africanos centrais – angola, benguela, ganguela – se destacam, alcançando 44,7%. Há ainda uma variada procedência de africanos centrais das áreas Congo norte (especialmente Cabinda e Congo) e aquelas ao norte de Angola (Cassange, Luanda, Monjolo e Rebolo).¹⁰ Verifica-se um grande número de africanos com a denominação gentio da Guiné (241 ou 45,2%), não possibilitando distinguir se africanos centrais ou africanos ocidentais (Tabela 10). Eliminada a variável de indeterminação, temos, para africanos centrais 57,2% de angola, 18,8% de benguela e 4,8% de ganguela. Para africanos centrais do norte, temos 3,8% de congo. Já os africanos ocidentais somariam 8,6%.

Ainda que com as limitações das fontes seriais com tal natureza, os registros de óbitos permitem flagrar transformações sobre o sistema de classificação e nomenclatura, portanto, da demografia africana. Seria possível identificar o perfil do africano – embora batizado na África ou durante o tráfico – recém-chegado e/ou vitimado pelos altos índices de mortalidade nos períodos pós-desembarques. Também podemos considerar a redistribuição dos africanos e sua permanência em várias áreas, por exemplo, africanos recém-desembarcados e já batizados nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, mas transferidos (vendidos) para as áreas do recôncavo, subúrbios ou o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Consideremos os registros de óbitos para a paróquia da Candelária. Temos 262 assentos (192 homens e 170 mulheres), no período de 1724-1736 (Tabela 11), e 87 assentos (51 homens e 36 mulheres), naquele de 1793-1800 (Tabela 12).

Tomando o total das classificações e identificação do conjunto dos africanos (foram isolados aqueles com a indicação genérica Guiné, que representavam 18,8%), temos 33,3% de africanos ocidentais, sendo 88,7% com a designação mina, e os demais Cabo Verde e São Tomé. Interessante é que o número de mulheres minas é maior, com 60,9%. Os africanos orientais nesse período têm uma indicação mínima, 1,8%. Já africanos centrais somam 64,9%, com destaque de 74,8% classificados como angola, e 17,3% como benguela. Havia

Tabela 11: Identificação das ‘nações’ dos africanos em registros de óbitos da paróquia da Candelária, Rio de Janeiro, 1724-1736

Identificação	Homens	Mulheres
Angola	81	62
Ambaca	-	2
Benguela	12	11
Cabo Verde	8	-
Congo	12	-
Ganguela	1	3
Guiné	36	32
Loango	1	2
Mina	34	53
Moçambique	2	-
Monjolo	2	1
Muxicongo	1	-
Quissama	1	-
Rebolo	1	-
São Lourenço	-	1
São Tomé	-	1
Subtotal	192	170
Total de registros	262	

Fonte: Óbitos de escravos da paróquia da Candelária, 1724-1738 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

ainda 4,1% indicados como congo, e os demais como ambaca, ganguela, loango, monjolo, quissama, rebolo etc.

Embora com uma amostra bem mais reduzida, foram contabilizados os registros de óbitos de africanos na Candelária para o final do século XVIII, no período de 1793-1800 (Tabela 12).

Tabela 12: Africanos em registros de óbitos da paróquia da Candelária, Rio de Janeiro, 1793-1800

Identificação	Homens africanos	Mulheres africanas
Angola	20	16
Benguela	10	11
Cabinda	1	-
Caçanje	3	1
Congo	4	1
Ganguela	1	3
Guiné	1	3
Mina	3	1
Moçambique	1	-
Moguimbe	1	-
Monjolo	2	-
Rebolo	4	-
Subtotal	51	36
Total de registros		87

Fonte: Óbitos de escravos da paróquia da Candelária, 1793-1800 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro).

A partir da comparação entre as Tabelas 11 e 12, observa-se inicialmente um processo parcial de desaparecimento da classificação Guiné, que tem representação de apenas 4,6% contra 25,9% do período anterior, de 1724-1736. Os africanos ocidentais também aparecem sub-representados, com 4,6%. Continuariam prevalecendo os africanos centrais, com 41,4%, classificados como angolas, e os africanos do sul dessa região (benguelas e ganguelas), com 28,7%. Os africanos monjolos e rebolos somaram 6,8%; no período de 1724-1736 eram 1,5%.

As variações mais significativas aparecem para as paróquias suburbanas do Engenho Velho e Jacarepaguá (Tabelas 13 e 14), considerando os períodos iniciais e finais do século XVIII. Para o primeiro quartel do Setecentos, temos duas amostras muito limitadas, configurando quatro registros para o Engenho Velho, no período de 1725-1735, e 12 registros para Jacarepaguá entre 1730 e 1738. Os africanos ocidentais somam 54,5%. Dos africanos centrais, os angolas somam apenas 20%, enquanto os classificados como congo aparecem com 60%. Destaca-se aí a quase inexistência de africanos classificados como Guiné (apenas um).

Para a segunda metade do século XVIII, o perfil africano muda nessas duas paróquias em termos de registros de óbitos de africanos. Para o Engenho Velho, temos amostras que acompanham tais variações com 380 assentos. A diferença entre homens (269 ou 70,8%) e mulheres (111 ou 29,2%) nos registros de africanos sepultados nessa paróquia flagra o fluxo dos padrões do tráfico atlântico de sete homens para cada três mulheres. A classificação Guiné ainda é considerável, com 24,6%, valor 75% menor (comparado aos registros de paróquias urbanas) no período de 1789-1800. Os africanos ocidentais (a maior parte

classificada como mina) somam 8,8%, e não há menção a africanos orientais. Os angolas aparecem representados por 58%, e os africanos do sul chegam a 19,8% com os benguelas e ganguelas. Os africanos do Congo norte (congos) já aparecem com 7,8%.

Tabela 13: Identificação das 'nações' dos africanos em registros de óbitos da paróquia do Engenho Velho, Rio de Janeiro, 1762-1787 e 1789-1800

Identificação	Homens	Mulheres
Angola	119	47
Babuína	-	1
Benguela	32	12
Cabo Verde	2	1
Camundá	1	-
Congo	15	7
Ganguela	7	5
Luanda	1	1
Mina	11	11
Monjolo	1	-
Rebolo	8	1
Registros indeterminados e Guiné/Nação da Costa	72	25
Subtotal de registros	269	111
Total	380	

Fonte: Óbitos de escravos da paróquia do Engenho Velho, 1762-1787 e 1789-1800 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Para o final do século XVIII, na paróquia de Jacarepaguá, encontramos um perfil africano semelhante; a novidade é o quase desaparecimento da classificação Guiné (apenas um registro) entre 204 (Tabela 14). Os africanos ocidentais somam 4,4%, aparecendo entre eles africanos da Alta Guiné (classificados como cachéu). O destaque fica mesmo para os africanos classificados como angolas, com 86,6%.

A partir dos dados da Tabela 15, podemos inferir mais sobre os padrões e tendências genéricas como Guiné e gentio da Guiné (poderia significar somente africano de qualquer região), na primeira metade do século XVIII, e a manutenção da designação mina para africanos ocidentais e angola para africanos centrais, aumentando no final do século. Se

Tabela 14: Africanos em registros de óbitos da paróquia de Jacarepaguá, 1791-1800

	Homens	Mulheres
Angola	19	49
Bamba	2	-
Benguela	8	1
Cabo Verde	-	1
Cabinda	1	2
Caçanje	2	-
Congo	4	1
Ganguela	2	-
Guiné	1	-
Mina	4	2
Rebolo	4	1
Subtotal	147	57
Total de registros	204	

Fonte: Óbitos de escravos da paróquia de Jacarepaguá, 1791-1800 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

algumas classificações e nomenclatura (embora com padrão reduzido) são mantidas, como Cabo Verde, quissama, monjolo, rebolo e caçanje, outros aparecem mais raramente, como ambaca, loango, luanda e libolo, sem falar nas identificações de ‘nações’ como bojolo, bamba, mogumbe e bababuína.

Tabela 15: Identificação das ‘nações’ dos africanos nos registros de óbitos de paróquias urbanas e suburbanas do Rio de Janeiro, século XVIII

Identificação de africanos	Porcentagem		
	Paróquias urbanas	Paróquias suburbanas	Total
Ambaca	0,4	0,1	0,2
Angola	40	56	49,1
Bababuína	-	0,1	0,09
Bamba	-	0,3	0,2
Benguela	9,8	9,2	9,5
Bojolo	-	0,1	0,09
Cabinda	0,2	0,2	0,2
Cabundá	-	0,1	0,09
Cabo Verde	1,7	0,6	1,1
Cachéu	-	0,3	0,2
Camundá	-	0,1	0,09
Caçanje	0,9	0,3	0,6
Congo	3,8	5	4,5
Ganguela	1,7	2,5	2,2
Guiné	16,1	15,8	15,9
Libolo	-	0,1	0,09
Loango	0,7	0,1	0,3
Luanda	0	0,3	0,2
Mina	20,3	5,7	11,9
Moçambique	0,7	0,1	0,3
Mogumbe	0,2	0,1	0,09
Monjolo	1,1	0,3	0,7
Muxicongo	0,2	0,1	0,09
Nação da Costa	-	0,1	0,09
Quissama	0,2	0,1	0,09
Rebolo	1,1	2,1	1,7
São Lourenço	0,2	0,1	0,09
São Tomé	0,7	0,1	0,3
Total (número absoluto)	447	598	1.045

Fonte: Óbitos de escravos das paróquias da Candelária, Engenho Velho e Jacarepaguá, século XVIII (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Comparando os padrões africanos de identificação – nomenclatura e classificações – no século XVIII, para as paróquias urbanas e aquelas suburbanas, temos um percentual de classificação de 15,9% (pouca variação) de Guiné/gentio da Guiné. As maiores variações aparecem para os africanos ocidentais, que apresentam um padrão de 11,9%; nas paróquias urbanas alcançam 20,3% e nas suburbanas (rurais) só chegam a 5,7%. Tais evidências apontam para uma maior concentração de africanos minas nas áreas centrais da cidade, em serviços urbanos.

Sweet (2003, p.45-46), a partir de registros de óbitos das paróquias urbanas da Candelária e Santíssimo Sacramento, identificou 258 nomes de ‘nações’, sem considerar aqueles assinalados como gentio da Guiné. Africanos centrais aparecem com 66,7% (destacando-se angolas, benguelas e ganguelas), e os africanos ocidentais (na maioria minas) com

27,5%; este último padrão confirma a hipótese de que os africanos ocidentais que passaram pelos portos cariocas na primeira metade do século XVIII foram tanto reexportados para as áreas mineradoras como vendidos para moradores da cidade do Rio de Janeiro.

Todos os dados até aqui apresentados sugerem um padrão de acentuada incorporação de africanos – especialmente africanos centrais –, na segunda metade do século XVIII, no recôncavo do Rio de Janeiro. Com mais séries disponíveis ou outras fontes que possibilitassem o acompanhamento de tal processo mais detalhadamente seria possível sugerir que as levas de africanos para as lavouras cariocas no final do século XVII e nas primeiras décadas do XVIII poderiam ser tanto de africanos ocidentais (entre os quais da Alta Guiné) como de grupos mais dispersos (de algumas áreas) da África Central. A partir de 1740, entretanto, acabariam por predominar os africanos centrais e em grupos mais concentrados. Depois de 1760, já haveria uma considerável primeira geração de crioulos, filhos desses africanos centrais, predominando nas escravarias rurais do recôncavo. Não significa dizer que as rotas e redes que ligavam o Rio de Janeiro à Costa da Mina – via Salvador ou não – desapareceram. Embora reduzidos, africanos ocidentais continuariam chegando ao Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, permanecendo na cidade e também alcançando as zonas rurais da capitania.¹¹

Impacto oitocentista¹²

Para o primeiro quartel do século XIX, há ainda maior impacto do tráfico atlântico para o Rio. Segundo Goulart (1975), só entre 1801 e 1830 desembarcaram no Rio de Janeiro 570 mil africanos. A partir dos cálculos de Karasch (2000, p.67 e ss.), esse número – entre 1800 e 1843 – ultrapassaria os 600 mil. Revisando cálculos dos estudos clássicos de Philip Curtin, Eltis destaca que, só para o período de 1811 a 1830, o número de africanos aportados no Rio de Janeiro chegou a aproximadamente 470 mil (Behrendt, Eltis, Richardson, 1999, p.21-32; Eltis, 2000, p.224-257). Além de outras revisões de Eltis, considerando o volume do tráfico para várias regiões das Américas, as pesquisas mais conclusivas para o Rio de Janeiro apareceram nos estudos e metodologia de quantificação originalmente desenvolvida e apresentada por Klein (1973, 1978) e tão somente revisada por Florentino (1995) a partir de registros de desembarques de navios.

Mas para as origens dos africanos que vieram para o Rio de Janeiro oitocentista, o estudo mais abrangente e pioneiro foi o de Mary Karasch (2000).¹³ Em uma amostragem com base em notações alfandegárias, documentação de navios negreiros apresados e registros de impostos, de prisões e de sepultamentos da Santa Casa de Misericórdia, dividiu os africanos em diversas áreas de concentração, classificando-os de ocidental, centro-ocidental, oriental, além de ‘origem africana desconhecida’. Com fontes de naturezas diversas, seus dados projetaram a concentração de alguns grandes grupos de africanos no Rio de Janeiro. Vão aparecer com destaque: congos, angolas, cabindas, benguelas, caçanjes, moçambiques, entre outros. Africanos ocidentais representaram de 1,5 a quase 7% (dependendo das fontes e dos períodos) do volume total de africanos. Já os africanos centrais (divididos entre Congo norte, norte de Angola e sul de Angola) representavam 79,7%, e os africanos orientais, 17,9%. Karasch (2000, p.35 e ss.) anotou ainda 37 nomes como de origem desconhecida.

Aparecem igualmente cerca quinhentos etnônimos sobre as origens dos africanos desembarcados no Rio de Janeiro.

Para revisões desses padrões, foi analisado o período 1801-1830, com base em mais de 36 mil registros de batizados de adultos e 18 mil batizados de crioulos filhos de mães africanas nas paróquias urbanas da Candelária, Santíssimo Sacramento, São José, Santana e Santa Rita. Para os registros paroquiais – desconsiderando as informações incompletas e omissões –, alcançou-se o universo de 30.629 batizados africanos, sendo cerca de 17 mil africanos com ‘nações’. De início, foi avaliado o impacto da demografia africana para a cidade do Rio de Janeiro, levando em conta os batizados de africanos adultos. Verificou-se a concentração de africanos orientais (aparecem como moçambiques, quilimanes e inhambanes), com 34,5%, confirmando as indicações de Karasch sobre as ‘nações do Rio’ e os estudos mais recentes sobre o tráfico, mostrando a proeminência do tráfico da costa índica para o Rio de Janeiro no século XIX. A surpresa ficou com a demografia dos africanos ocidentais. Em alguns estudos disponíveis para o tráfico – paradoxalmente somente considerando a última década do século XVIII, no caso de 1790 a 1830 – a sua representação demográfica vai variar até 2,9%, incluindo os aportamentos dos navios negreiros. Nos registros de sepultamentos, prisões e navios apreendidos estudados por Karasch (2000), alcançam 6,34% até 1852. Porém, os registros de batizados de africanos coligidos por mim para as freguesias urbanas alteram esse quadro de maneira considerável, uma vez que a representação demográfica dos africanos ocidentais alcança quase o dobro das maiores estimativas de Karasch para outras fontes. Ou seja, há aproximadamente 11% de africanos ocidentais (majoritariamente identificados por mina e calabar) sendo batizados na Corte.

A explicação para essa variação e aumento pode ser obtida com atenção ao comércio intrarregional de africanos na primeira metade do século XIX, especialmente de africanos ocidentais saindo da Bahia (Salvador) e sendo comercializados no Rio de Janeiro (Graham, 2002). Como hipótese inicial, considere que esse aumento de africanos ocidentais sugere pensar que, para além daqueles entrados no Rio via comércio da Bahia, navios vindos da Costa da Mina – com escala ou não em Salvador –, outros tinham por destino final o Rio de Janeiro e o seu consequente comércio. Isso significa que, mesmo depois da proibição do tráfico africano a partir da costa ocidental (1815), africanos ocidentais continuaram a chegar, e ser batizados, no Rio de Janeiro. Talvez não fossem vendidos necessariamente para senhores estabelecidos na Corte, mas sim reexportados para os portos do sul, especialmente Desterro (Santa Catarina), Porto Alegre e Rio Grande ou Banda Oriental (futuro Uruguai), na primeira década do século XIX. Estaríamos falando, portanto, de um comércio direto do Rio de Janeiro com a Costa da Mina que permanece no século XIX alimentando as regiões meridionais e posteriormente – na década de 1820 – as áreas cafeeiras e açucareiras do vale do Paraíba e norte fluminense.

Embora os africanos centrais apareçam – em todos os estudos disponíveis – como maioria das ‘nações do Rio’, há variações interessantes. Os africanos centrais são a maioria nos batizados, mas com 52,5%, e esse índice mais baixo nos batizados pode ocultar um sub-registro desses africanos na cidade, pois angolas e benguelas aparecem apenas com 2,4 e 2,8%, respectivamente, dos batizados de adultos africanos. De outro lado, em vez de aventar uma suposta baixa de sua representação, pode-se considerar o fato de que muitos africanos

centrais embarcados em Luanda e Benguela já chegavam ao Rio batizados, fossem nas feitorias ou vilas litorâneas africanas ou mesmo nos navios negreiros. Certamente, isso parecia não ocorrer com os africanos centrais das áreas Congo norte. De cada cinco africanos centrais batizados, quatro eram classificados como cabindas.

Tabela 16: Distribuição das principais identificações das ‘nações’ dos africanos batizados nas paróquias urbanas no Rio de Janeiro, 1801-1830

Identificação	Porcentagem
Angola	2,4
Benguela	2,8
Cabinda	30,7
Cabundá	0,2
Calabar	1,8
Caçanje	1,6
Congo	9,1
Ganguela	0,3
Hausá	0,15
Inhambane	0,4
Libolo	0,3
Mina	11
Moçambique	31,3
Monjolo	3
Nagô	0,25
Quilimane	2,9
Quissama	0,2
Songo	1,6
Total de registros (número absoluto)	17.113

Fonte: Livros de batizados de escravos das paróquias de Candelária, Santana, Santíssimo Sacramento, São José e Santa Rita, 1801-1830 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Temos os percentuais de africanos adultos batizados a partir das ‘nações’ (amostra = 17.113) com as quais eles aparecem nos registros paroquiais (Tabela 16). Os denominados moçambiques e cabinda se destacam com mais de 60% de todos os africanos batizados nas paróquias urbanas, talvez evidenciando um processo de generalização das classificações das ‘nações’ nos batizados, para além do forte impacto do tráfico da África central e oriental, dadas as diferenças que aparecerão nas informações relativas aos inventários *post-mortem*. De qualquer modo, considerando apenas os africanos centrais, temos 76% da área Congo norte, 5,8% do sul de Angola e 18,2% do norte de Angola.

Com uma menor variação do que para o século XVIII, os registros de óbitos do século XIX para as paróquias urbanas, entre 1810 e 1830, confirmam os padrões dos batizados. Foram considerados os assentos de óbitos de 829 africanos adultos sepultados na paróquia central da Candelária, com um padrão de 64,8% de homens e 35,2% de mulheres (Tabela 17). A indeterminação dos padrões africanos no século XIX fica por conta da nomenclatura/classificação ‘nação/de nação’ (275 registros), da ausência de qualquer classificação, da identificação boçal (52) e de denominações genéricas como Costa da África, Costa Leste e Costa da Guiné (10), perfazendo 40,65% dos registros de óbitos de africanos. Ainda assim, há registros de 492 africanos sepultados com alguma identificação. A quantidade de

africanos ocidentais se mantêm próxima da média dos padrões apontados por Karasch, Klein e outros, com 4,9%. Já os africanos orientais aparecem sub-representados, com 5,5%. Dos africanos centrais, temos uma expressiva quantidade de africanos do sul de Angola (benguelas), 27,2%. Também se evidencia o impacto dos africanos do norte do Congo, com cabindas e congos com 34,7%. No conjunto geral, e mesmo considerando as indeterminações, sub-registros e terminologias generalizantes ('de nação' somente), temos a preponderância de africanos centrais com as classificações benguela (14,5%), congo (13,9%), angola (6,3%), cabinda (4,6%), moçambique (3,2%), rebolo (3,1%) e mina (2,1%).

Tabela 17: Identificação das 'nações' de africanos e crioulos (com mães africanas) nos registros de óbitos da paróquia da Candelária, 1810-1830

Identificação	Porcentagem	
	Africanos	Crioulos (com mães africanas)
Angola	6,3	3
Baça	0,2	-
Benguela	14,5	12
Cabinda	4,6	4,1
Cabo Verde	0,4	-
Cabundá	1,8	-
Calabar	0,5	-
Camundongo	0,1	0,2
Caçanje	1,8	1,6
Congo	13,9	2
Ganguela	1,8	0,2
Mifundo	0,1	-
Mina	2,1	3
Moçambique	3,2	2
Mofumbe	0,6	-
Mogumbi	0,4	-
Monjolo	0,8	0,2
Muxicongo	0,1	-
Muçumbi	0,1	-
Nagô	-	0,3
Quilimane	0,1	-
Quissama	0,1	-
Rebolo	3,1	4,1
Songo	0,1	-
Zumba	0,1	-
Indeterminados	43,2	66,9
Total de registros (número absoluto)	829	557

Fonte: Livros de óbitos de escravos da paróquia de Candelária, 1810-1830 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Esses padrões são pouco alterados se analisarmos os registros de óbitos de crioulos com mães africanas. Há 557 registros, sendo 66,9% com classificações indeterminadas (ausentes ou 'de nação'). Para aqueles com 'nações' determinadas, temos os africanos ocidentais, com 10,9%; os africanos orientais, com 6%; e os africanos centrais, com 83,1%, destacando-se, dentre estes, os benguelas, com 36,4%; os cabindas e os rebolos, com 12,5% cada; e os angolas, com 9,2%. Na Tabela 17 são apresentados os percentuais para africanos e mães africanas, considerando todo o conjunto de registros (incluindo as indeterminações).

Já os dados sobre ‘nações’ obtidos a partir dos inventários (Tabela 18) sugerem maior equilíbrio nas representações dos grupos africanos na cidade e suas adjacências, talvez revelando que parte dessas classificações/terminologias só apareçam na experiência dialógica dos africanos e no contexto sociodemográfico em que estão inseridos. O índice de africanos ocidentais cai para 4%, aproximando-se das variações obtidas para outras fontes por Karasch e outros. Porém, não sabemos se esses africanos foram redistribuídos para outras regiões (embora tenham sido batizados no Rio de Janeiro). Entre os novos destinos, poderiam constar o sul ou áreas interioranas da província, como Campos dos Goytacazes, ou áreas produtoras de alimentos e abastecedoras da Corte, como Itaguaí e Mangaratiba, ou mesmo regiões cafeeiras de destaque, como Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. Também cai muito o número de africanos orientais: nos registros de batizados havia mais de 30%, nos inventários são apenas 10%. Provavelmente, esses africanos orientais – na maioria homens – estavam sendo reexportados para o vale do Paraíba e, especialmente, sul de Minas Gerais, como Juiz de Fora, Mar de Espanha, Campanha e Barbacena.

Tabela 18: Distribuição das principais identificações dos africanos no Rio de Janeiro a partir de inventários *post-mortem*, 1801-1830

Identificação	Porcentagem
Ambaca/Baca	0,45
Ambuíla/Bambuila	0,2
Angola	13,2
Benguela	22,2
Cabinda	9
Cabundá	1,8
Calabar	0,55
Camundá	0,7
Camundongo	0,6
Caçanje	4,4
Congo	12,7
Ganguela	3,9
Inhambane	0,15
Luanda	1
Mina	3,3
Moange	0,15
Moçambique	9,4
Mocumbe	0,3
Mogumbe	1
Mofumbe	1,6
Monjolo	3,1
Nagô	0,15
Quilimane	0,55
Quissama	1,3
Rebolo	8,3
Total de registros (número absoluto)	6.743

Fonte: Amostra de 997 inventários *post-mortem*, 1801-1830 (Arquivo Nacional)

Já os africanos centrais sobem para 86% nos inventários, e as suas áreas do tráfico aparecem mais bem distribuídas, prevalecendo não somente o Congo norte, com cabindas, mas sim o norte de Angola, especialmente com rebolos e caçanje.¹⁴ Também há uma maior incidência de africanos centrais identificados simplesmente como angolas. Sua representação

demográfica de 2,4% entre os batizados sobe para 13,2% dos inventariados. Variação ainda maior aparece para benguelas, que passam de 2,8% para 22,2%. Paradoxalmente, caem bastante as classificações cabinda nos africanos inventariados (apenas 9%).

O destaque fica mesmo por conta do aumento e abrangência de classificações/terminologia de ‘nações’ nos inventários, comparando com aquelas que aparecem nos registros paroquiais. Ambaca, baca, bambuíla, ambuíla, camundá, luanda, moange, mocumbe, mogumbe, mofumbe e quissama somam apenas 27 registros entre os africanos batizados, mas nos inventários somam mais de 300 e correspondem a 5% dos africanos. Cabe ressaltar que moanges, mocumbes, mogumbes e mofumbes (classificados como “outros africanos centrais”) – que praticamente não aparecem nos batizados – alcançam 3% nos inventários.

Tabela 19: Comparação de áreas de embarque de africanos para o Rio de Janeiro, a partir da identificação das ‘nações’ nos registros paroquiais e inventários *post-mortem*, 1801-1830

Principais áreas de embarque	Porcentagem	
	Nos registros paroquiais (batismos)	Nos inventários <i>post-mortem</i>
África ocidental	13	4
África oriental	34,5	10
África central	52,5	86
Congo norte	39,8	24,8
Sul de Angola	3	26,1
Norte de Angola	9,7	32,1
Outros da África central	—	3%
Total (número absoluto)	17.113	6.743

Fonte: Livros de batizados de escravos das paróquias de Candelária, Santana, Santíssimo Sacramento, São José e Santa Rita, 1801-1830 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro) e amostra de 997 inventários *post-mortem*, 1801-1830 (Arquivo Nacional)

Os africanos ocidentais minas chegam apenas a 3,3%; já os rebolos aumentam de 1,6% nos registros paroquiais para 8,3% dos africanos nos inventários. Para o sul e norte de Angola, depois dos classificados por angolas, destacam-se os rebolos, os caçanjes, os monjolos e os cabundás (Tabela 18). Comparando as ‘nações’ que aparecem em registros paroquiais e nos inventários com o estudo pioneiro de Karasch (2000) e os números baseados nos apontamentos dos navios, percebem-se variações indicativas (Tabela 19). Vejamos os africanos orientais. Conforme os dados apresentados por Karasch, esse número poderia variar de 2,3 a 26,86%, entre 1790 e 1850, nas amostras de navios negreiros, alcançando o percentual de 17,9% sobre o conjunto de africanos na cidade. Nas amostras de sepultamentos da Santa Casa de Misericórdia, para os anos de 1833, 1838 e 1849, os africanos orientais chegam a 18,4%. Nos registros de impostos de Polícia da Corte, em 1832, alcançam 26,37%. Percebe-se que já há variações significativas nos próprios dados apresentados por Karasch. Os dados aqui apresentados para batismos ficam mais próximos daqueles obtidos nos impostos, qual seja, 34,5%. Já os dados para inventários apresentam uma redução significativa na representação dos africanos orientais. Formulo as seguintes hipóteses para explicação: os registros paroquiais flagram a intensa chegada de africanos orientais para o mercado carioca, daí serem batizados nas paróquias urbanas e generalizadamente como ‘moçambiques’. Os dados dos navios negreiros e da mortalidade reforçam essas hipóteses. No caso da mortalidade, o aumento da representação deles significa também a tradução

da lógica do tráfico, com viagens mais longas e maior índice de mortalidade. Assim, morriam mais na travessia e, certamente mais fracos eram as principais vítimas da mortalidade na Corte, que arrebatava os africanos escravizados. Já a sua baixa representação nos inventários diz respeito ao funcionamento do mercado negreiro. Nem todos os africanos orientais (não apenas eles) batizados na Corte eram ali negociados e ali permaneciam. Portanto, parte considerável – embora aqui batizada e/ou sepultada em mortes pós-travessia – segue para o Vale do Paraíba e para o sul de Minas. Outra hipótese para o baixo índice de africanos orientais nos inventários é considerar que a amostra para os anos de 1801 a 1830 não registra os proprietários que compraram escravos a partir de 1820, quando cresce a importação de escravos e também a disseminação da propriedade escrava, com pequenos senhores nas áreas urbanas e semiurbanas. Certamente, essa geração senhorial mais jovem que comprou bastante africanos (quicá orientais) só aparecerá registrada em amostras de inventários para os anos 1840 e 1850.

Quanto aos padrões dos africanos ocidentais, apresento outras hipóteses. Somariam apenas 1,5%, considerando o movimento do tráfico via alfândega, mas alcançariam mais de 6% nos sepultamentos e nos registros de impostos. Este último percentual se aproxima do padrão de navios negreiros provenientes de regiões de embarque da África Ocidental que aportaram no Rio de Janeiro entre o final do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. Representavam 11% nos batizados, apesar de serem apenas 4% nos inventários (e, no caso das mães africanas dos batizados de crioulos, 7,1%) (Tabela 20). As hipóteses que levanto podem considerar primeiro o sub-registro das indicações de navios negreiros que, após a proibição de 1815, continuariam aportando no Rio de Janeiro, trazendo africanos ocidentais sem a indicação dos portos originários, mas apenas de seus últimos aportamentos. Além disso, poderia haver sub-registros de embarcações que chegaram

Tabela 20: Distribuição de mães africanas nos registros de batizados de crioulos realizados em freguesias urbanas, 1801-1830

Mães africanas de batizados crioulos	Porcentagem
Angola	15,7
Benguela	30,5
Cabinda	11,7
Cabundá	0,35
Calabar	0,85
Caçanje	3,2
Congo	8,65
Ganguela	1,3
Libolo	0,85
Mina	7,1
Moçambique	6
Mofumbe	0,3
Monjolo	1,8
Quilimane	0,3
Quissama	1
Rebolo	9,9
Songo	0,5
Total (número absoluto = 7.423)	100%

Fonte: Livros de batizados de escravos das paróquias de Candelária, Santana, Santíssimo Sacramento, São José e Santa Rita, 1801-1830 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

primeiramente na Bahia, mas só fizeram desembarcar africanos no Rio de Janeiro. Também o percentual de 4% nos inventários pode ser explicado pela mistura de propriedades urbanas e rurais, nos subúrbios e recôncavo do Rio, tornado complexa a caracterização de um cenário africano mais urbano no qual os africanos ocidentais se destacaram tanto no Rio como em Salvador, e, ao contrário, cenários mais rurais nos quais a presença do africano ocidental poderia ser mesmo mais rarefeita.

Para os dados relativos aos africanos centrais, o quadro comparativo das fontes em que aparecem as 'nações' é ainda mais indicativo. Nos dados de Karasch (2000), há oscilação de 96,2 a 66,59%. Nos dados de Florentino, os africanos centrais aparecem com 82%. No caso dos registros paroquiais, contudo, somam apenas 52,5%, e, nos inventários, alcançam 86%. O detalhe está no surgimento de variações na terminologia das 'nações': muitas pouco aparecem ou não são mencionadas nos batismos, mas abundam nas indicações dos inventários, como vimos. Também nos registros de sepultamentos Karasch localiza um número maior de 'nações', sem falar na documentação dos navios negreiros apreendidos, em que aparecem dezenas de etnônimos. Tais variações, a meu ver, poderiam ser motivadas pelas conexões das classificações utilizadas no tráfico com as montagens transétnicas das primeiras experiências na diáspora, no caso, o Rio de Janeiro. Angola, benguela, congo, mina, cabinda e moçambique poderiam variar às vezes para caçanje, rebole, monjolo, ganguela, songo, calabar e quilimane; e posteriormente para camundongo, cabundá, camundá, muxicongo, Cabo Verde, São Tomé e inhambane ou luanda, ambuíla, massanganano, baca, mofumbe, nagô, macua, sena etc. Já destacamos os rebolos com uma variação de mais de 500% entre os batizados e os inventários, mas há outros exemplos indicativos. A 'nação' luanda praticamente não aparece nos registros de batizados, mas nos inventários representa 1,2% dos africanos centrais e 3,2% dos africanos do norte de Angola. Rebolos, monjolos, cabundá, camundongos, camundá, quissama e caçanje alcançam 1.369 registros nos inventários, ou seja, 20,3% dos africanos e 23,5% dos africanos centrais. Porém, nos 1.127 registros de batismos, equivalem a somente 6,6% do total de africanos e 12,6% dos africanos centrais, sendo que as 'nações' camundongo e camundá sequer aparecem nos batismos. O caso mais emblemático é o dos cabundás, que representam 2% dos africanos centrais nos inventários e nos batizados somam apenas 0,4%. Já os libolos são 0,4% entre todos os africanos batizados e nos inventários sequer aparecem representados, diferente do que se registra para os ganguelas, que somam também 0,25% nos batizados, mas sobem para 3,9% nos inventários (Tabela 21). Enfim, aparecem 'nações' nos inventários quase nunca mencionadas nos batizados de quase 35 mil africanos nas paróquias centrais do Rio, como os baca/ambaca, que somam nos inventários 1,4% dos africanos do norte de Angola.

Não podemos nos esquecer dos crioulos, e qualquer generalização pode ser uma armadilha. Verificando os batizados de crioulos com mães africanas no período de 1801 a 1830 (Tabela 20) percebemos uma distribuição equilibrada entre a proporção de mulheres africanas batizadas e que aparecem nos inventários. Angolas e benguelas, que juntos somam um pouco mais de 5% dos africanos batizados, posto que provavelmente foram batizados no litoral africano ou na travessia, surgem com cerca de 46% das mulheres africanas, mães de crioulos batizados nas paróquias urbanas do Rio. Ao mesmo tempo, há uma sensível

Tabela 21: Distribuição comparativa de identificação das ‘nações’ de batizados de mulheres africanas e de crioulos (homens e mulheres) com mães africanas nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, 1801-1830

Identificação	Mulheres africanas batizadas	Mulheres africanas mães de crioulos batizados
Angola	2,7	15,7
Benguela	3,7	30,5
Cabinda	32	11,7
Cabundá	0,18	0,35
Calabar	1,75	0,85
Caçanje	2,1	3,2
Congo	8,1	8,65
Ganguela	0,2	1,3
Hauçá	0,3	-
Inhambane	0,4	-
Libolo	0,4	0,85
Mina	16,25	7,1
Moçambique	24,95	6
Mofumbe	-	0,3
Monjolo	1,9	1,8
Nagô	0,16	-
Quilimane	2,3	0,3
Quissama	0,2	1
Rebolo	2,25	9,9
Songo	0,4	0,5
Total (números absolutos)	5.451	7.423

Fonte: Livros de batizados de escravos das paróquias de Candelária, Santana, Santíssimo Sacramento, São José e Santa Rita, 1801-1830 (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

diminuição de mães africanas orientais, com apenas 6%, enquanto as mulheres africanas orientais somaram mais de 24% dos adultos batizados. A explicação seria a desproporção mais acentuada ainda entre homens e mulheres da África Oriental trazida pelo tráfico (Florentino, 1995, p.239). Os rebolos são 1,6% dos africanos batizados, mas somam 9,9% das mães africanas. Provavelmente até 1850 uma parcela significativa de crioulos escravos era a primeira geração dos filhos dos africanos. Para a freguesia urbana de São José – a partir de registros paroquiais –, foi demonstrado que os crioulos tinham mais chances de escolher os padrinhos de seus filhos, e o faziam tanto na comunidade escrava próxima como entre setores livres. Para casamentos, são sublinhadas as relações entre o movimento do tráfico e as uniões intraétnicas e interétnicas. No período de 1790 a 1830, percebe-se uma inversão. Com o aumento do volume do tráfico, há uma tendência de africanos de procedências diversas casarem-se mais entre si (Ferreira, 2001, p.56-57).

Considerações finais

Em contextos diversos, africanos inventavam-se em termos de ‘nações’ e outros arranjos, articulando-se em um extraordinário cenário atlântico. Corpos, línguas e mentes eram remarcados permanentemente em termos sociais e étnicos. Africanos – e também os crioulos – não tinham uma única identidade, mas sim várias (Farias, Gomes, Soares, 2005). Por exemplo, debaixo de uma genérica categoria de ‘centro-africanos’, centenas de milhares de africanos e grupos embarcados ao sul, ao norte e ao centro da África Central – retirados do litoral e/ou hinterlândia – desembarcaram e viveram no Rio de Janeiro, descobrindo “novas

identidades sociais além dessas locais, e já múltiplas, que se formaram ao longo de seu caminho de sofrimento em direção à costa” (Miller, 2008, p.53).

Para a demografia atlântica dos africanos nas Américas, é possível ter diferentes combinações de nomenclatura, terminologias e classificações que poderiam aparecer (ou desaparecer) mais aglutinadas e convergentes, ou então dispersas e isoladas, dependendo de fontes e períodos. A concentração de classificações mais gerais nos apontamentos dos navios ou nos batizados de adultos era distinta nos sepultamentos e mesmo na avaliação dos inventários, nos quais apareceriam não apenas africanos recém-chegados, mas também aqueles com algum ‘tempo’ na diáspora, com a possibilidade de eles mesmos conceberem ou informarem a sua ‘nação’ ou ter alguém para fazê-lo, como o próprio senhor ou um parceiro africano, ao contrário do que acontecia ao recém-chegado, via de regra, com informações genéricas repassadas – no caso dos batizados – por traficantes ou intermediários diretos do comércio negreiro. Em parte é o que sugere Midlo Hall (2005, p.31-32), baseada também em um amplo banco de dados: “O Louisiana Slave Database 1719-1820, ferramenta sofisticada e detalhada sobre a escravidão, nos mostra que, quando os africanos eram vendidos pela primeira vez, as suas etnias raramente eram indicadas, e que, portanto, os escravos só passavam a se definir etnicamente após alguns anos de vivência na América. Quanto mais tempo os africanos permaneciam na Louisiana, mais frequentemente suas etnias eram identificadas”.

Registros eclesiais (não só de batismos, mas também óbitos e matrimônios) podem ser utilizados em análises agregativas para entender desde o sistema de classificação dos africanos (nomenclatura) como as variações espaciais e temporais. O cruzamento de fontes e a formação de bancos de dados em cooperação acadêmica (e transnacional) podem permitir abordagens mais panorâmicas sobre os sistemas de identificação e identidades dos africanos nas Américas a partir de várias fontes e suas respectivas naturezas metodológicas.

AGRADECIMENTOS

A Tânia Pimenta, Olivia Cunha e aos pareceristas *ad hoc* pelas sugestões, e aos últimos, em especial, por chamar a atenção e transcrever parte do documento citado na nota 6. Algumas indicações de perspectivas metodológicas desta pesquisa em andamento foram discutidas em diferentes momentos com Robert W. Slenes, João José Reis e Alberto Costa e Silva, a quem também agradeço.

NOTAS

* Apresentam-se aqui resultados de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

¹ Sobre os engenhos coloniais do Nordeste, ver Ferlini, 2003.

² Ver as referências a Antonil (1982) feitas por Abreu, 2006.

³ Considerando a perseguição da Inquisição a cristãos-novos proprietários de vários engenhos no recôncavo da Guanabara, Lina Gorenstein Silva (1995) localizou registros das descrições de bens sequestrados em meados do século XVII para 11 engenhos, que possuíam 1.234 escravos.

⁴ Investigações financiadas pelo CNPq e Faperj, com vinculações de bancos e redes de pesquisas, envolvendo pesquisadores no Brasil e no exterior.

⁵ Para o caso da Candelária, os dados do século XVII foram agregados aos registros de batizados até 1709.

⁶ Não se conhecem em detalhes a regularidade e os padrões de batizados de africanos recém-chegados, se eram feitos nas feitorias africanas, nos navios negreiros ou somente nas regiões de desembarques. Tais padrões podem ter variado conforme as regiões de embarque do tráfico atlântico, os fluxos do tráfico e os períodos. Não podemos descartar a hipótese de que muitos africanos acabavam sendo batizados antes da travessia atlântica. Havia inclusive uma ordem régia de 1719 tanto para que as autoridades eclesiásticas em Angola providenciassem os batismos como os padres de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro o realizassem, pois “havendo casos em que o cabido e o bispo de Angola possam não ter batizado os negros, antes de embarcarem” era necessário no Brasil “batizar os que aportarem nos navios e sem demora para não morrerem em falta deste sacramento” (Vasconcelos, 1948, p.245-246).

⁷ É interessante observar que em estudo recente utilizando registros paroquiais para Porto Rico colonial (1672-1727), David Stark (2009) também verifica uma baixa incidência de batizados de adultos africanos, sugerindo que já chegassem a Porto Rico batizados.

⁸ Alguns dados do século XVIII (12 registros) também foram agregados às amostras do século XVII.

⁹ Há pesquisas sobre o tráfico atlântico para o Rio de Janeiro apenas para o século XVIII. Ver Cavalcanti, 2005; Florentino, 1995; Klein, 1978.

¹⁰ Para as conexões demográficas africanas das áreas do tráfico e os possíveis impactos, ver Curto, Gervais, 2002; Thornton, 1997; Behrendt, Eltis, Richardson, 1999.

¹¹ Ver Soares, 2007.

¹² Uma discussão sobre o século XIX também aparece em Gomes, 2011.

¹³ Para as identidades africanas no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, ver a análise pioneira de Karasch, 2000, p.35-66.

¹⁴ Para as dimensões dos impactos dos africanos centrais, tanto do Congo norte como do sul e norte de Angola, no tráfico atlântico, ver Curto, Gervais, 2002; Ferreira, 1999; Miller, 1999 e Thornton, 1997.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida.

Um quebra-cabeça (quase resolvido): os engenhos da capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI e XVII. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Barcelona, v.10, n.218 (32). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-32.htm>. Acesso em: 20 nov. 2011. ago. 2006.

ANTONIL, André João.

Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte, São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo. 1. ed., 1711. 1982.

BEHRENDT, Stephen; ELTIS, David;

RICHARDSON, David.

Patterns in the transatlantic slave trade, 1662-1867: new indications of African origins of slaves arriving in the Americas. In: Diedrich, Maria; Gates Junior, Henry Louis; Pedersen, Carl (Ed.). *Black imagination and the middle passage*. New York: Oxford University Press. p.21-32. 1999.

BOXER, Charles R.

Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional; Edusp. 1973.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira.

O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: Florentino, Manolo (Org.).

Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.15-77. 2005.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, jan.-jun., p.85-138. 2002.

ELTIS, David.

The rise of african slavery in the Americas. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

DEMÉTRIO, Denise Vieira.

Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII. Niterói. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano.

No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

FERLINI, Vera.

Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo, Bauru: Edusp. 2003.

- FERREIRA, Roberto Guedes.
O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro (século XIX). *Sesmaria*. Revista do NEPHPS, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.46-68. 2001.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral.
Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: Pantoja, Selma; Saraiva, José Flavio Sombra (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.143-194. 1999.
- FLORENTINO, Manolo Garcia.
Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995.
- GOMES, Flávio dos Santos.
'Atlantic Nations' and the Origins of Africans in late-colonial Rio de Janeiro: New Evidence. *Colonial Latin American Historical Review*, Albuquerque, v.20, n.2, p. 213-231. 2011.
- GOULART, Maurício.
A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.
- GRAHAM, Richard.
Nos tumbeiros outra vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n.27, jan.-jun., p. 121-160. 2002.
- HALL, Gwendolyn Midlo.
Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.6, n.10, p.29-70. 2005.
- KARASCH, Mary.
A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- KLEIN, Herbert S.
American Slavery in Recent Brazilian Scholarship, with emphasis on Quantitative Socio-economic Studies (Review Essay). *Slavery & Abolition*, London, v.30, n.1, p.111-133. 2009.
- KLEIN, Herbert.
The middle passage: comparative studies in the Atlantic slave trade. Princeton: Princeton University Press. 1978.
- KLEIN, Herbert.
O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830. *Anais de História*, Assis, n.5, p.85-101. 1973.
- LARA, Silvia Hunold.
The signs of color: women's dress and racial relations in Salvador and Rio de Janeiro, Ca. 1750-1815. *Colonial Latin American Review*, New York, v.6, n.2, p.205-224. 1997.
- MILLER, Joseph C.
África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: Heywood, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto. p.29-80. 2008.
- MILLER, Joseph C.
Retention, reinvention, and remembering: restoring through enslavement in Africa and under slavery in Brazil. In: Lovejoy, Paul E.; Curto, José C. *Enslaving connections*. Changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery. New York: Humanity Books. p.81-121. 2004.
- MILLER, Joseph C.
A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: Pantoja, Selma; Saraiva, José Flavio Sombra (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.11-68. 1999.
- PARÉS, Luís Nicolau.
O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n.33, p.87-132. 2005.
- REIS, João José.
Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.7-33. 1997.
- SALVADOR, Frei Vicente.
História do Brasil, 1500-1627. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1982.
- SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da.
Heréticos e impuros: a inquisição e os cristãos-novos no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 1995.
- SLENES, Robert W.
Na senzala, uma Flor. Esperanças e recordações na formação escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira. 1999.
- SLENES, Robert.
Malungu Ngoma vem! A África coberta e descoberta do [no] Brasil. *Revista USP*, n.12, dez.-fev., p.48-67. 1991-1992.
- SOARES, Mariza.
Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos da baía do Benim, século XVIII. In: Soares, Mariza de Carvalho. (Org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benim ao Rio de Janeiro*. v.1. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. p.65-99. 2007.
- SOARES, Mariza.
Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e

escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

STARK, David.

A new look at the African slave trade in Puerto Rico through the use of parish registers: 1660-1815. *Slavery & Abolition*, London, v.30, n.4, p. 491-552. 2009.

SWEET, James K.

Recreating Africa, culture, kinship, and religion in the African-Portuguese world, 1441-1770. Chapel Hill, London: The University of North Carolina Press. 2003.

THORNTON, John.

As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v.28, n.32, p.55-74. 1997.

VASCONCELOS, Diogo de L.A.P.

História antiga das Minas Gerais (1703-1720). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. v.2. p.245-246. (Biblioteca Popular Brasileira, n.24). 1948.

